



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

Aos 29 dias do mês de abril de 2015, pelas 10 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas:**

**Proposta de Lei n.º 305/XII/4.ª (GOV) - Procede à 36.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a Diretiva n.º 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor;**

**Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)**

**Proposta de Lei n.º 308/XII/4.ª (GOV) - Transforma a Câmara dos Solicitadores em Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e aprova o respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;**

**Relator - Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)**

**Proposta de Lei n.º 309/XII/4.ª (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Advogados, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;**

**Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)**

**Proposta de Lei n.º 310/XII/4.ª (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Notários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27/2004, de 4 de fevereiro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e procede à alteração do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro;**

**Relatora: Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

**Proposta de Lei n.º 319/XII/4.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil;  
Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)**

**3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**

**[Pacote terrorismo-continuação]**

**Proposta de Lei n.º 280/XII/4.ª (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa;**

**Proposta de Lei n.º 283/XII/4.ª (GOV) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo;**

**Proposta de Lei n.º 284/XII/4.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão;**

**Proposta de Lei n.º 286/XII/4.ª (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista;**

**Projeto de Lei n.º 797/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Quinta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho;**

- 4. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 382/XII/2.ª (PSD) - Quinta alteração à lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade) - estende a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro;**
- 5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1395/XII/4.ª (PCP) - Suspensão da ação de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana no Pátio da Quintinha, Freguesia da Ajuda em Lisboa;**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

6. **Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o Relatório do Governo "Portugal na União Europeia - 2014";  
Relator - Deputado João Lobo (PSD)**
7. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
8. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
9. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do ex-Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, Dr. Fernando Alexandre, para prestar esclarecimentos sobre os motivos que levaram ao seu pedido de demissão;**
10. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição da Ministra da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre os motivos que levaram ao pedido de demissão do ex-Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, Dr. Fernando Alexandre, bem como sobre a eventual paralisia das aeronaves KAMOV;**
11. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à comunicação do destino da seguinte iniciativa legislativa:

<b>N.º AUTOR</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO</b>
Projeto de resolução n.º 1439/XII/4.ª (BE)	<u>Recomenda ao Governo medidas de prevenção e eliminação de práticas de violência policial e racismo</u>	Agendado para discussão na reunião plenária de 13 de maio de 2015

Em seguida, foi designado relator do Relatório Anual de Atividades do Provedor de Justiça do ano de 2014 (e respetivos anexos: o do Mecanismo Nacional de Prevenção e o das Tomadas de Posição) o Senhor Deputado João Lobo (PSD).

No segundo ponto da ordem do dia, começou por ser apreciado o parecer sobre a proposta de lei n.º 310/XII/4.ª (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Notários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27/2004, de 4 de fevereiro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e procede à alteração do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, que

Aprovada em 06-05-2015



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL

foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado José Magalhães (PS), que suscitou a questão da compatibilização da iniciativa legislativa com o enquadramento normativo europeu e da necessidade de essa questão ser analisada em sede de especialidade, o parecer (partes I e III) foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Em seguida, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a proposta de lei n.º 308/XII/4.ª (GOV) - Transforma a Câmara dos Solicitadores em Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e aprova o respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD). Após um breve debate, em que interveio a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Os trabalhos prosseguiram com a apreciação do parecer sobre a proposta de lei n.º 309/XII/4.ª (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Advogados, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). No debate que se seguiu, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Jorge Lacão (PS), Francisca Almeida (PSD) e António Filipe (PCP), tendo o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) requerido a audição urgente da Ordem dos Advogados e suscitado a questão, entre outras, de haver divergência/dualidade quanto ao título académico exigido no acesso às profissões jurídicas (licenciatura/mestrado), questão que envolveria uma reflexão sobre o regime dos mestrados nas instituições de ensino superior, nomeadamente no que respeita ao facto de o valor da propina para a frequência do mestrado ser mais elevado do que o pago para a frequência da licenciatura, sugerindo a ponderação deste aspeto em sede de especialidade e, inclusive, propondo a realização de uma reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura para o tratamento desta questão. Questionou, igualmente, se a tutela de legalidade prevista na proposta



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL

de lei não seria, na realidade, uma tutela de mérito e acrescentou que os atos próprios dos advogados deveriam constar do Estatuto da Ordem dos Advogados.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) destacou o facto de a proposta de lei prever um prazo limite para a duração do estágio de advogado e eliminar uma série de entraves no acesso à profissão de advogado. Disse, ainda, concordar com a exigência de licenciatura (e não mestrado) como título académico de acesso à profissão de advogado, pois no seu entendimento exigir o mestrado seria inverter o *ratio* que esteve na base da reforma de Bolonha. Já quanto ao requerimento apresentado oralmente pelo Grupo Parlamentar do PS, declarou que a audição da O.A. deveria ser enquadrada numa audição conjunta com outras entidades também envolvidas nesse processo, razão pela qual requereu o adiamento da sua votação para a reunião seguinte.

No final, submetido a votação, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foi igualmente apreciado o parecer sobre a proposta de lei n.º 305/XII/4.ª (GOV) - Procede à 36.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a Diretiva n.º 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) e, no final, submetido a votação, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Procedeu-se, ainda, à apreciação do parecer sobre a proposta de lei n.º 319/XII/4.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD), que manifestou a sua discordância quanto ao facto de, no parecer, se fazer referência à emissão de parecer desfavorável por parte do governo regional dos Açores, quando esse versara o anteprojeto do Governo e as



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

sugestões feitas foram acolhidas no texto da proposta de lei apresentada, a Senhora Deputada relatora concordou em eliminar essa referência do parecer. Foi igualmente apontada pelo Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD) como incorreta a menção a um conjunto de legislação pretensamente revogado pela proposta de lei, mas que, na realidade, já fora revogado anteriormente, tendo a Deputada Relatora concordado com a observação feita.

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas do designado «pacote legislativo de combate ao terrorismo».

No debate que antecedeu a votação da proposta de lei n.º 280/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Proceda à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa, intervieram os Senhores Deputados Jorge Lação (PS), Hugo Velosa (PSD) e António Filipe (PCP), que apresentaram e debateram as propostas de alteração.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de março de 2015, após aprovação na generalidade.

Foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público e Ordem dos Advogados.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração da iniciativa legislativa em apreciação em 13 de abril de 2015 e os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, conjuntamente, apresentaram uma proposta de substituição em 20 de abril de 2015, que substituíram por novas propostas em 27 de abril de 2015.

Encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação indiciárias na especialidade das propostas de alteração e dos restantes artigos da proposta de lei n.º 280/XII/4.<sup>a</sup>. Com efeito, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 168.º da Constituição da República

Aprovada em 06-05-2015



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL

Portuguesa – conjugado com o disposto na alínea *f*) do seu artigo 164.º –, são obrigatoriamente votadas na especialidade pelo Plenário as leis sobre a matéria da aquisição, perda e reaquisição da cidadania portuguesa – pelo que todas as disposições constantes do projeto de texto final indiciário devem, portanto, ser votadas na especialidade em Plenário. Por outro lado, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 168.º da CRP, o texto final, por ter a forma de lei orgânica – artigo 166.º, n.º 2 e 164.º, alínea *f*) da CRP –, carece de aprovação, na votação final global, por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Da votação indiciária realizada resultou o seguinte:

#### Artigo 1.º (*preambular*)

Na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE;

#### Artigo 2.º (*preambular*)

Na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE;

#### Artigo 6.º, n.º 1, alínea *e*) da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

Na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – rejeitada, com votos contra do PSD, CDS/PP, PCP e BE e a favor do PS;

Na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP – **aprovada**, com votos a favor do PSD, CDS/PP e PS e contra do PCP e do BE;

#### Artigo 9.º, alínea *d*) da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

Na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – rejeitada, com votos contra do PSD, CDS/PP, PCP e BE e a favor do PS;

Aprovada em 06-05-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

Na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP – **aprovada**, com votos a favor do PSD, CDS/PP e PS e contra do PCP e do BE;

**Artigo 3.º (preambular)**

Na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE;

**Artigo 3.º-A (preambular)**

Na redação da proposta de aditamento apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP – **aprovado**, com votos a favor do PSD, CDS/PP e PS e contra do PCP e do BE; este artigo foi renumerado no texto final indiciário como artigo 4.º, uma vez que se trata de artigo preambular e não de norma da Lei objeto de alteração.

**Artigo 4.º (preambular)**

Na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, CDS/PP e PS, contra do PCP e a abstenção do BE; este artigo foi renumerado no texto final indiciário como artigo 5.º, em resultado da aprovação da proposta anterior.

Em seguida, procedeu-se à discussão da proposta de lei n.º 283/XII/4.ª (GOV) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), que, a propósito da redação proposta para o n.º 5 do artigo 4.º, chamou a atenção para a necessidade de haver uma conexão entre a consulta da *Internet* e a prática dos atos materiais, e de os atos não terem de ser praticados necessariamente após a consulta, argumentos que foram considerados relevantes e pertinentes pelos Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), razão pela qual disseram concordar com a redação proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, retirando, por consequência, a apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

Aprovada em 06-05-2015





## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de março de 2015, após aprovação na generalidade.

Foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público e Ordem dos Advogados.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração da iniciativa legislativa em apreciação em 13 de abril de 2015, bem como, conjuntamente, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP em 20 de abril de 2015

Encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, da votação resultou o seguinte:

#### **Artigo 1.º (preambular)**

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.

#### **Artigo 2.º (preambular)**

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.

#### **Artigo 4.º (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto)**

- N.ºs 2 e 4

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovados** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do BE e a abstenção do PCP.

- N.º 5

**Na redação da proposta de alteração do GP do PS – Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP e do BE.

Aprovada em 06-05-2015



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

Na redação da proposta de alteração dos GP do PSD e do CDS-PP – retirada pelos grupos parlamentares proponentes

Em resultado da aprovação do aditamento de novos n.ºs 4 e 5, os anteriores n.ºs 4 e 5 foram renumerados como n.ºs 6 e 7.

- **N.ºs 8 e 9**

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovados** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do BE e a abstenção do PCP.

- **N.ºs 10 e 11**

A proposta de emenda (correção material de lapso de escrita) apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS e, conjuntamente, do PSD e do CDS-PP, em termos idênticos, foi aprovada por unanimidade.

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovados** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP e do BE.

- **N.ºs 12 e 13**

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovados** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.

**Artigo 5.º (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto)**

- **N.º 2**

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do BE e a abstenção do PCP.

**Artigo 5.º-A (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto)**

- **N.º 1**

Aprovada em 06-05-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

**Na redação da proposta de alteração conjunta dos GP do PSD e do CDS-PP - Aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP e do BE.**

**Artigo 3.º (preambular)**

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.**

**Artigo 6.º-A (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto)**

**Na redação da proposta de alteração conjunta dos GP do PSD e do CDS-PP- Aprovado por unanimidade.**

**Artigo 4.º (preambular)**

**Na redação da Proposta de Lei n.º 283/XII (GOV) – Aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.**

Os trabalhos prosseguiram com a votação da proposta de lei n.º [284/XII/4.ª \(GOV\)](#) -  
Procede à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de março de 2015, após aprovação na generalidade.

Foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#) e Ordem dos Advogados.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração da iniciativa legislativa em apreciação em 21 de abril de 2015 e os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, conjuntamente, apresentaram propostas de alteração em 27 de abril de 2015.

Aprovada em 06-05-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

No debate que antecedeu a votação, intervieram os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Hugo Velosa (PSD) e António Filipe (PCP), que apresentaram e debateram as propostas de alteração e, encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, da votação realizada resultou o seguinte:

**Artigo 1.º (preambular)** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

**Artigo 2.º (preambular)** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

**Artigo 52.º, n.º 4 da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho** - na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do BE e a abstenção do PCP;

**Artigo 70.º, n.º 1, alínea d) da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho**

Na redação da proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – rejeitada, com votos contra do PSD, CDS/PP, PCP e BE e a favor do PS;

Na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP – **aprovada**, com votos a favor do PSD, CDS/PP e PS e contra do PCP e do BE;

**Artigo 151.º, n.º 3 da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho**

– a proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS foi retirada pelo proponente a favor da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP;

– na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP – **aprovada**, com votos a favor do PSD, CDS/PP e PS e contra do PCP e do BE;



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL

**Artigo 3.º (preambular)** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE.

Seguiu-se a votação da proposta de lei n.º 286/XII/4.ª (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de março de 2015, após aprovação na generalidade.

Foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público e Ordem dos Advogados.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP apresentaram em conjunto uma proposta de alteração da iniciativa legislativa em apreciação em 20 de abril de 2015.

No debate que antecedeu a votação, intervieram os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Hugo Velosa (PSD) e António Filipe (PCP) e, encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, da votação realizada resultou o seguinte:

**Artigo 1.º (preambular)** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

**Artigo 2.º (preambular)** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

**Artigo 12.º, n.º 2, alíneas h) e j) a o) da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

**Artigo 23.º, n.º 6** - na redação da proposta de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP – **aprovada**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

Aprovada em 06-05-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

**Artigo 23.º, n.ºs 1 a 5 e 7 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

**Artigo 3.º (preambular)** – na redação da Proposta de Lei - **aprovado**, com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE.

Por último, foi requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, através do Senhor Deputado Hugo Velosa, o adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação na especialidade do [projeto de Lei n.º 797/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) - Quinta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho -, uma vez que continuavam em falta dois dos pareceres solicitados, tendo os demais Grupos Parlamentares presentes declarado nada ter a opor ao adiamento.

No quarto ponto da ordem do dia, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, foi adiada, para a reunião seguinte, a nova apreciação na generalidade do [projeto de lei n.º 382/XII/2.ª \(PSD\)](#) – Quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade) - estende a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro. Produziram intervenções os Senhores Deputados Jorge Lação (PS), Hugo Velosa (PSD) e António Filipe (PCP), tendo este último apelado ao bom senso no tratamento desta matéria estruturante, de atribuição de nacionalidade originária, pois considera que o projeto de lei introduz uma distorção na lei portuguesa, ao prever a atribuição de nacionalidade «por conveniência» a filhos de não portugueses, com consequências muito graves.

No quinto ponto da ordem do dia, foi requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela voz da Senhora Deputada Francisca Almeida, o adiamento, para a reunião seguinte, da discussão do [projeto de Resolução n.º 1395/XII/4.ª \(PCP\)](#) - Suspensão da ação de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana no Pátio da Quintinha, freguesia da Ajuda em Lisboa.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi apreciado o parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o [Relatório do Governo "Portugal na União Europeia - 2014"](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL

e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

Não havendo lugar à apreciação de relatórios sobre iniciativas europeias nem de relatórios finais de petições, passou-se à apreciação dos dois requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP, um solicitando a audição do ex-Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, Dr. Fernando Alexandre, para prestar esclarecimentos sobre os motivos que levaram ao seu pedido de demissão, e outro solicitando a audição da Ministra da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre o mesmo assunto, bem como sobre a eventual paralisia das aeronaves KAMOV, que foram apresentados conjuntamente pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP).

Em seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), que considerou inaceitável ouvir o ex-membro do Governo, uma vez que foram invocados motivos meramente pessoais para justificar a respetiva demissão; quanto à eventual audição da Ministra da Administração Interna, disse que tal não se justificava, uma vez que estaria para breve uma audição no termos do n.º 2 do artigo 104.º do RAR, posição que foi secundada pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP). O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) sugeriu, então, que a mesa da Comissão diligenciasse no sentido de se proceder, nos termos regimentais, ao agendamento dessa audição com a maior brevidade possível, tendo o Senhor António Filipe (PCP) concordado em não submeter a votação esse segundo requerimento, que só seria retomado caso houvesse uma inércia na marcação da referida audição.

Procedeu-se, de seguida, à votação do requerimento que solicitava a audição do ex-Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, Dr. Fernando Alexandre, que foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e a abstenção do PS, na ausência do BE e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Aprovada em 06-05-2015



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2015

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO EM EXERCÍCIO,**

  
(Luís Pita Ameixa)

Aprovada em 06-05-2015





**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 54/XII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Oneto  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão